



CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG



Ofício n.º 785/GSC

Unai (MG), 28 de dezembro de 2023.

Senhor Prefeito,

Dirijo-me à presença de Vossa Excelência para informar que o Parecer n.º 542/2023 da Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas concluiu pela rejeição do impedimento técnico constante da Mensagem n.º 396, de 7 de novembro de 2023, relacionada à Emenda Impositiva n.º 65 da Lei n.º 3.603, de 3 de janeiro de 2023, de autoria da Vereadora Andréa Machado, sendo o referido parecer aprovado pelo Plenário desta Casa, na reunião do dia 26 de dezembro do corrente.

Na oportunidade, encaminho-lhe cópia do parecer em questão para conhecimento dos fundamentos de sua rejeição e solicito que a referida emenda seja executada nos termos da Lei Orgânica do Município.

Atenciosamente,


VEREADOR EDIMILTON ANDRADE
Presidente



Prefeitura Municipal de Unai
Recibo de Protocolo

Protocolo n.º: 26622/2023

Unai - MG: 29/12/2023

Divisão de Comunicação Interna e Protocolo

Marcelo Bruno Farães

Assessor Divisão Comunicação Interna

Mat: 099722

A Sua Excelência o Senhor
Prefeito José Gomes Branquinho
Unai - Minas Gerais



MUNICÍPIO DE UNAÍ
Controladoria Interna e de Transparência Pública



OFÍCIO CITP Nº 1/2024

A Câmara Municipal

Assunto: Emendas parlamentares nº 8 e 65

Unai, 10 de janeiro de 2024.

DESPACHO	
<input checked="" type="checkbox"/>	DOU CIÊNCIA
<input type="checkbox"/>	INCLUI-SE NO EXPEDIENTE
<input type="checkbox"/>	ENCAMINHAR RESPOSTA
<input checked="" type="checkbox"/>	EMENDAS IMPROPOSTAS
EM 10/01/2024	

Handwritten notes:
Cópia das emendas nº 8 e 65 e cópia da Vereadora Andréa Machado, autoras da Emenda Impostiva nº 65.

Excelentíssimos Vereadores,

Paulo Arara
Presidente

Foram destinadas a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Unai – Apae, as emendas parlamentares nº8 no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) de autoria dos Vereadores Tião do Rodo, Diácono Gê e Petrônio Nego Rocha cujo objeto é a aquisição de uma Van adaptada, e emenda parlamentar nº65 no valor de 100.000,00 (cem mil reais) de autoria da Vereadora Andréa Machado para investimento na referida instituição.

Ocorre que ambas foram emendas foram apresentadas com impedimento de ordem técnica pela Secretaria Municipal de Saúde e distribuídas à Comissão de Finanças da Câmara Municipal em 29/11/2023 por meio das mensagens nº 398/2023 e 396/2023.

Cabe ressaltar que o motivo dos impedimentos e impossibilidade de execução das emendas supracitadas, se deve ao fato de que o contrato vigente que este Município tem com a APAE é de execução de ações e serviços especializados de reabilitação em deficiência intelectual e física da rede de cuidados à pessoa com deficiência do SUS, tornando impossível em aditivar o respectivo contrato para repassar valores para despesas de caráter de capital.

Importante salientar que embora a manifestação tenha sido de fato intempestiva, tendo em vista que o Poder Executivo fez de tudo para viabilizar a execução das referidas Emendas. Foi realizada inclusive uma reunião com a Diretoria e equipe técnica da Apae com a Procuradoria Geral do Município, Secretaria Adjunta de Planejamento, Departamento de Compras e Licitações, Secretaria Municipal da Saúde, Controladoria Interna e de Transparência Pública e ainda com o Jurídico do COSEMS – Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais e restou claro que a Apae **é prestadora de serviço do SUS e que o instrumento jurídico firmado com a instituição é único**. Não podendo desta forma a Apae receber recursos ou bens diferentes do que está estabelecido no Contrato. Ficando deste modo claro o impedimento técnico para execução das referidas Emendas.

Estabelecida a partir da Constituição Federal de 1988 e regulamentada pelas Leis 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde) e 8.142/90, a descentralização da gestão e das políticas da saúde no país – **feita de forma integrada entre a União, estados e municípios** – é um dos princípios organizativos do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com este princípio, o poder e a responsabilidade sobre o setor são distribuídos entre os três níveis de governo, objetivando uma prestação de serviços com mais eficiência e qualidade e também a fiscalização e o controle por parte da sociedade.

A partir **do conceito constitucional do comando único**, cada esfera de governo é autônoma e soberana em suas decisões e atividades, respeitando os princípios gerais e a participação da sociedade.

Handwritten signature



MUNICÍPIO DE UNAÍ
Controladoria Interna e de Transparência Pública



Na prática isso significa que se a Apae é prestadora de serviço do SUS, os recursos na área da Saúde devem ser para **realizar os serviços que estão estabelecidos no Contrato** ou para **novos projetos** na área da saúde, ou mesmo **ampliação de metas** dos serviços já existentes.

Objetivo das Emendas Impositivas ao Orçamento é aperfeiçoar a proposta encaminhada pelo Poder Executivo, visando a melhor alocação dos recursos públicos. Ou seja, trata-se da oportunidade de acrescentar valores às programações orçamentárias com o objetivo de atender as demandas das comunidades e entidades que o legislativo prioriza. No entanto, este poder é limitado aos mandamentos constitucionais, ao PPA e a LDO. Desta forma, não pode o Executivo conduzir as ações de serviço público sem observância aos princípios da Legalidade, Eficiência, Continuidade bem como as orientações do TCE-MG sob pena de incorrer no crime de Responsabilidade nos moldes da lei 101/2000.

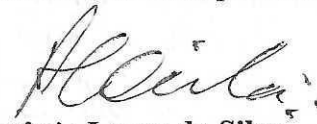
Segundo nossa Carta Magna, no que tange a hierarquia normativa no Brasil, as leis federais em que se baseiam os referidos impedimentos de ordem técnica nas emendas nº 8 e 65 estão acima da intempestividade citada nos processos nº 26622/2023 e 26623/2023, uma vez que tal prazo para interpor impedimento é uma norma horizontal entre Prefeitura e Câmara para um bom funcionamento das emendas impositivas, desde a indicação até a execução e prestação de contas.

Diante do acima exposto, considerando a impossibilidade de execução das Emendas Impositivas ao Orçamento, considerando as emendas são do exercício de 2023 e não de 2024, considerando que as leis federais são hierarquicamente superiores às demais, a Controladoria Interna e de Transparência Pública, a Assessoria de Assuntos Legislativos, a Procuradoria Geral do Município e a Secretaria Municipal de Saúde, decidem manter os Impedimentos de Ordem Técnica.

Atenciosamente,


Darly Nascimento
Controlador Interno e de
Transparência Pública
Mat: 142523

Darly Rodrigues do Nascimento
Controlador Interno e de Transparência Pública


Antônio Lucas da Silva
Procurador Geral


Tatiane Rodrigues da Rocha
Assessora de Assuntos Legislativos
Assessora de Assuntos Legislativos e
Administrativos
Matrícula 141544


Denise Aparecida de Oliveira
Secretária de Saúde
Secretaria Municipal de Saúde
CRA/MG 30-460